

CONEXÃO AMÉRICA LATINA

México: perspectivas na véspera da sucessão presidencial

Rubén Aguilar Valenzuela

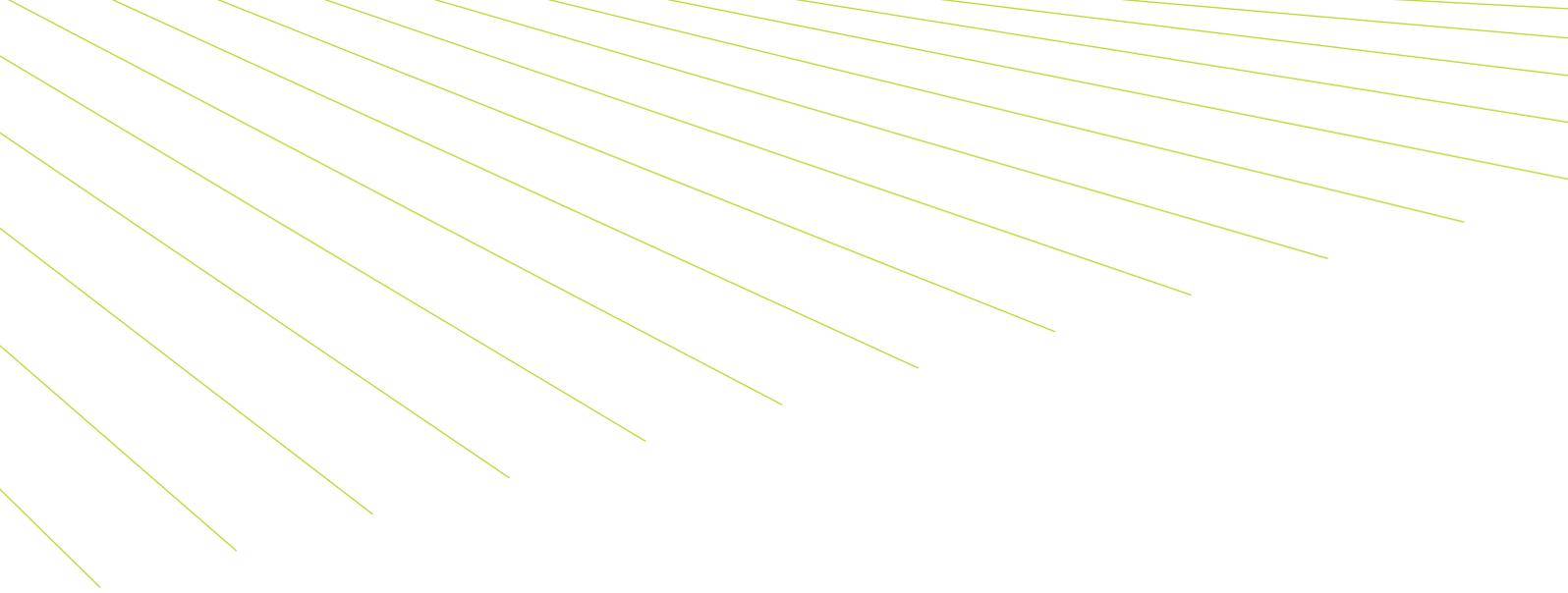
Ano 3, Volume 1

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Realização

FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



CONEXÃO AMÉRICA LATINA

**México:
perspectivas na
véspera da sucessão
presidencial** 

Rubén Aguilar Valenzuela

Ano 3, Volume 1

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção: O Estado da Democracia na América Latina,
dirigida por Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Tradução Sérgio Molina

Revisão Beatriz Kipnis, Giovanna Tieghi e Vinicius Doti

Projeto Gráfico Felipe Martins

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2024

Aguilar Valenzuela, Rubén

México: perspectivas na véspera da sucessão presidencial / Rubén Aguilar

Valenzuela. -- 1. ed. -- São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2024.

30p. (Conexão América Latina)

ISBN: 978-65-87503-38-7

1. Ciências Sociais. 2. Política e governo. 3. América Latina. I. Aguilar Valenzuela,
Rubén. II. Título. III. Série.

CDU: 32

CDD: 320

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

APRESENTAÇÃO

Na série *Conexão América Latina*, publicada por *Plataforma Democrática*, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas, cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

México: perspectivas na véspera da sucessão presidencial



Rubén Aguilar Valenzuela¹

Em 2018, Andrés Manuel López Obrador (Tabasco, 1953) ganhou as eleições presidenciais pelo partido que ele havia fundado em 2014, o *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena).

Ao longo da campanha, passou a mensagem de que, se vencesse, teria início o que ele chamou de “Quarta Transformação” (4T) na história do México. Sua vitória foi contundente e gerou grandes expectativas.

Ao tomar posse do cargo, apresentou um programa de cem pontos, afirmando e prometendo que todos os problemas do país seriam resolvidos durante seu mandato.

Restam apenas oito meses para o fim de sua gestão, e é evidente que todos os problemas estão longe de se resolverem e que alguns se agravaram de forma dramática.

O país enfrenta problemas ancestrais somados a outros novos ou que adquiriram dimensões nunca vistas, como a violência, o crescimento do crime organizado, a militarização e a migração.

No México de hoje, a sociedade está altamente polarizada, e assim também a discussão política, que é puramente emocional. Não há lugar para dados nem argumentos.

¹ Doutor em Ciências Sociais, é professor de Ciência Política e Comunicação Governamental da *Universidad Iberoamericana* e da *Universidad Autónoma de México* e articulista.

Quando confrontado a qualquer crítica à sua gestão ou a alguma estatística que o desagrada, López Obrador responde “tenho outros dados”, que ele nunca apresenta, desqualificando assim toda fonte sólida, incluídas as de órgãos estatais.

Neste artigo apresenta-se, em traços muito gerais, uma panorâmica da situação que prevalece no México de hoje, que no próximo 2 de junho enfrentará a maior eleição de sua história, para a escolha do novo presidente e a renovação do Congresso.

Para caracterizar a situação, apresentam-se dados objetivos de fontes oficiais do governo e de organismos internacionais, organizações da sociedade civil, consultorias especializadas e instituições acadêmicas.

Os temas que se apresentam são: economia, pobreza e programas sociais; tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC); desenvolvimento desigual; pronunciamentos matinais; política; violência; crime organizado; militarização; migração; eleições 2024; e conclusão.

Economia

No final de 2023, o México alcançou a décima segunda posição entre as economias mundiais, com um PIB de US\$ 1,8 trilhão, a segunda na América Latina, atrás apenas do Brasil, e um PIB per capita de US\$ 13.804, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A economia teve um crescimento anual médio de 2% entre 1980 e 2022, abaixo das expectativas e da realidade de países em condições semelhantes. Isso limitou o desenvolvimento e retardou a redução da pobreza, de acordo com o Banco Mundial.

No fim do governo atual (2018-2024), depois da queda de 8% em 2020, a economia deverá crescer, em média, apenas 0,5% ao ano, muito abaixo do crescimento verificado nas gestões anteriores.

A população total do México é de 136 milhões de habitantes, e a População Economicamente Ativa (PEA) de 60.216.000, segundo dados de 2023 do *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI); dentro desse universo, 97,3% têm algum tipo de ocupação e o desemprego é de 2,7%. Dentre a população ocupada, 55,5% trabalham na informalidade, sem acesso à previdência social.

Em 2023, as exportações do México somaram US\$ 593 bilhões, sendo que, desse total, US\$ 189 bilhões correspondem ao comércio de veículos e autopeças. A balança comercial foi deficitária em apenas US\$ 5,46 bilhões. Em 2022, o México ocupou o décimo segundo lugar como exportador e como importador em nível mundial, segundo o FMI.

Segundo a Secretaria da Economia, 80% das exportações têm como destino os Estados Unidos, enquanto os outros 20% restantes se distribuem entre: Canadá, 2,7%; China, 1,5%; Espanha 1,5%; Brasil, 1,2%; Colômbia, 1,2%; Alemanha 0,9%; Índia, 0,7%; Japão, 0,7%; Países Baixos, 0,6%; e outros países, 9%.

Os maiores volumes de importações feitas pelo México provêm de: Estados Unidos, 48,8%; China, 16,6%; Japão, 4,4%; Coreia, 3,4%; Alemanha, 3,4%; Canadá, 2,5%; Malásia (1,6%); Taiwan, 1,6%; Itália, 1,3%; Espanha, 1,2%; e outros países, 15,1%.

O México é o segundo maior destinatário de remessas internacionais, superado apenas pela Índia. O montante total recebido de 2019 a 2023 soma US\$ 230 bilhões, numa média anual de US\$ 47,8 bilhões, segundo o *Banco de México* (BdeM). Atualmente, as remessas representam entre 4 e 5% do PIB.

O crescimento histórico das remessas nesse período é explicado pelo aumento do número de mexicanos que emigram para os Estados Unidos e pelo fato de os residentes de origem mexicana, que rondam os 40 milhões — 11 milhões nascidos no México e 29 milhões de primeira e segunda geração —, terem melhorado seus níveis salariais.

O Investimento Estrangeiro Direto continuou entrando, numa proporção menor à das remessas, e nos primeiros cinco anos do atual governo somou US\$ 160,75 bilhões, numa média anual de US\$ 32,15 bilhões, segundo a Secretaria de Economia. A maioria dos investimentos provém dos Estados Unidos.

O governo do presidente López Obrador (2018-2024) foi ortodoxo na condução macroeconômica. No início do seu governo, anunciou que não aumentaria os impostos. Na realidade dos fatos, para além dos discursos — alguns deles radicais —, a estrutura econômica do país não mudou e segue as tendências do passado.

Um indicador disso é que, nesse sexênio, as dez maiores fortunas mexicanas dobraram. A maior delas, do empresário Carlos Slim, voltou à casa dos US\$ 100 bilhões. Nesse período, ele manteve uma relação pública próxima com o presidente, a exemplo de outros grandes empresários do país.

Pobreza e programas sociais

Em 2022, a população em situação de pobreza somava 36,3 %, e de pobreza extrema, 7,1%, segundo o *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL). Em números absolutos, são 46,8 milhões de pessoas no primeiro caso e 9,1 milhões no segundo.

De acordo com o CONEVAL, a população vulnerável por carências sociais passou de 23,7% para 29,4 % entre 2020 e 2022. Quatro das seis carências sociais apuradas por esse órgão estatal apresentaram uma piora real para a população em matéria de saúde, educação e alimentação, enquanto duas delas, ligadas às condições de moradia, permaneceram estáveis.

No caso mais grave, resultado de uma série de decisões equivocadas do governo atual, que suprimiu o sistema de saúde das gestões anteriores, o *Seguro Popular de Salud*, a população sem acesso aos serviços de saúde em termos absolutos saltou de 20,1 milhões para 50,4 milhões.

O CONEVAL observa que, em função da retração dos serviços de saúde pública, aumentou o “gasto catastrófico em saúde”, que é a situação em que as famílias comprometem mais de 30% dos ganhos disponíveis para custear serviços de saúde.

Os especialistas apontam que o aumento das carências sociais resulta basicamente da política do governo em matéria social. Entre outras coisas, não conseguiu construir um sistema de saúde que substituísse o Seguro Popular de Salud nem enfrentou o atraso educacional. O governo atual não demonstrou particular interesse por essas questões.

A política social para redução da pobreza limitou-se e concentrou-se no desenvolvimento dos dezesseis programas “estrela” do presidente, que entregam dinheiro diretamente aos beneficiários. A distribuição fica a cargo de uma estrutura criada no governo atual, *“Siervos de la Nación”*, que conta com 20 mil funcionários distribuídos nas 32 unidades da federação.

Em cada estado há um responsável, conhecido como “superdelegado”, e existem 266 coordenações regionais, com algo entre 50 e 150 funcionários cada uma, abarcando os 300 distritos elei-

torais federais, que coordenam 19 mil agentes em campo. Desse, 60% trabalharam na campanha eleitoral do candidato López Obrador em 2018. Desde então, recebem um salário.

Em termos orçamentários, são subordinados à *Secretaría de Bienestar*, mas dependem diretamente do *Palacio Nacional*. Os *Siervos de la Nación* visitam constantemente o domicílio dos beneficiários em todo o país para lhes dizer que é o presidente quem lhes envia esse recurso e que, se outro partido chegar ao poder, deixarão de recebê-lo.

Os *Siervos de la Nación* são uma estrutura claramente eleitoral, que busca, através dos programas sociais, garantir o voto dos beneficiários. Ao longo dos seis anos de governo, foram investidos nesses dezesseis programas MXN\$ 2,61 trilhões (cerca de US\$ 152 bilhões). Desse total, MXN\$ 734 bilhões (aproximadamente US\$ 43 bilhões) foram gastos em 2024, ano eleitoral.

O T-MEC

Em novembro de 2018, foi assinado o Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC, ou, em inglês, USMCA), que veio a substituir, depois de 24 anos, o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (TLCAN, ou Nafta, na sigla em inglês). Entrou em vigor em julho de 2020, com duração de dezesseis anos, podendo ser renovado ou não pelas partes quando esse prazo vencer.

A existência de um acordo comercial com Estados Unidos e Canadá, em especial com o primeiro, foi fundamental para dar conta do crescente processo de integração das economias mexicana e estadunidense, sobretudo na zona fronteiriça.

O comportamento da relação comercial entre México e Estados Unidos em 2023 dá uma ideia do que significaram, para ambos,

o TLCAN e agora o T-MEC. O volume total de comércio entre os dois países atingiu neste ano US\$ 738 bilhões, segundo o Departamento de Estatísticas dos Estados Unidos.

O México exportou US\$ 439 bilhões, o que representa um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2023, o México suplantou a China, depois de dezesseis anos, como o parceiro comercial mais importante dos Estados Unidos, com uma participação de 15,8% do comércio total. É seguido pelo Canadá, com 15,3%, e pela China, com 11,1%.

As exportações mexicanas para o os Estados Unidos equivalem à soma das que foram realizadas por Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido e Índia, conjunto de países que seguem na lista dos que mais exportaram para os Estados Unidos.

Em 2023, as compras mexicanas dos Estados Unidos somaram US\$ 299 bilhões. O vizinho do norte é o principal exportador para seu vizinho do sul. Nesse ano, a balança comercial foi favorável para o México em US\$ 140 bilhões, e desde que o tratado entrou em vigor, em 1994, sempre foi assim.

Quanto ao perfil das exportações do México para os Estados Unidos, 89% são de produtos manufaturados. Os dez itens principais são: veículos motorizados, computadores, veículos para propósitos especiais, autopeças e acessórios de veículos, televisores, petróleo cru, equipamentos para distribuição elétrica (cabos), equipamentos de telecomunicações (telefones), maquinário e aparelhos elétricos e frutas e verduras frescas.

Os dez principais produtos que o México importa dos Estados Unidos são: petróleo refinado (gasolinas), veículos motorizados, autopeças, circuitos integrados, maquinário, gás natural, gás propano, querosene de aviação, equipamentos de proteção de baixa voltagem, instrumentos médicos e milho amarelo.

Há mais de cem anos, 80% das exportações do México têm como destino os Estados Unidos. O percentual não muda, mas sim o montante. Nos próximos dois ou três anos, calcula-se que o comércio bilateral superará US\$ 1 trilhão.

Desenvolvimento desigual

É evidente que desde o início do TLCAN aprofundaram-se as diferenças, que sempre existiram, entre o Norte e o Sul do México. Os estados da fronteira norte e os da região central experimentaram o aumento dos grandes investimentos da indústria automobilística, de autopeças e aeroespacial, que se mantêm até o presente.

Nesses estados, o emprego formal cresceu de forma sustentada, ao mesmo tempo em que melhoraram todos os indicadores de desenvolvimento social. Para dar apenas um exemplo, enquanto a média de escolaridade nos estados sulinos de Chiapas e Oaxaca é de 7,9 e 8,2 anos, respectivamente, alcança 10,4 na Baixa Califórnia e 10,8 em Nuevo León, ambos na fronteira norte.

Um dos grandes problemas do México é que nenhum governo ao longo da história nacional encontrou um modo de acelerar o desenvolvimento do sul do país, que tem alta densidade de população indígena. Ali se concentram os mais baixos índices de todos os indicadores de desenvolvimento social do território mexicano.

A exceção é o estado de Quintana Roo, onde se encontra Cancún, que encontrou no turismo a atividade que impulsiona seu progresso. Os níveis de emprego formal são muito altos, assim como seus indicadores de desenvolvimento social. Por exemplo, a média de escolaridade é de 10,2 anos, nível semelhante ao dos estados da fronteira norte.

Em termos gerais o desenvolvimento desigual influi nas preferências eleitorais. Atualmente, os estados com maiores índices de pobreza, ao sul, votam no Morena, o partido do presidente, enquanto metade dos seis estados da fronteira com os Estados Unidos, os mais ricos do país, votaram nos candidatos desse partido nas últimas eleições para governador. Em cada caso, há uma explicação diferente.

Os pronunciamentos matinais

Em dezembro de 2018, ao assumir a presidência da República, López Obrador replicou a rotina, que já mantinha como chefe de governo da Cidade do México, de realizar pronunciamentos públicos diários, de segunda a sexta-feira, que duram em média duas horas.

Esse exercício matinal, das 7h às 9h, é fundamental na estratégia política e de comunicação do presidente, e é preciso levá-lo em conta para entender sua gestão e, a esta altura, a própria política nacional. Os veículos de comunicação públicos e privados, nos seus vários noticiários ao longo do dia, dão grande cobertura ao que o presidente disse pela manhã.

O modo de se comunicar do presidente manifesto nas *mañaneras* é muito semelhante ao utilizado por outros governantes populistas ao redor do mundo. Algumas características-chave são:

- Concepção do exercício de governar como um espetáculo midiático. Age como um ator-celebridade;
- Retórica emocional, para motivar e manter sob controle sua base social, o povo;
- Tom estridente e escandaloso, para chamar a atenção das audiências e da mídia;

- Sentenças e frases feitas fáceis de entender e adotar, próprias da publicidade e do marketing;
- Constante distinção maniqueísta entre bons e maus;
- Sistemática agressão e desqualificação dos “inimigos”, construídos conforme a ocasião.

O conteúdo do discurso, que guarda grandes semelhanças entre os diversos populistas, sem importar se de esquerda ou de direita, gira em torno de um conjunto de temas entre os quais se destacam:

- Nacionalismo e soberania nacional;
- A história na versão dos livros didáticos, com reiterada menção aos heróis com os quais identifica;
- O conceito de povo entendido como quem está do lado dele e faz o que ele diz;
- Que só os mais pobres (povo) entendem o projeto que pretende implantar;
- Restaurar valores tradicionais perdidos;
- Fazer constantes referências a Deus e à Bíblia como base da sua política;
- Devolver a grandeza nacional perdida;
- Acabar com a corrupção;
- Posições conservadoras em torno de temas ligados à moral sexual e ao consumo de drogas.

As chamadas *mañaneras* de López Obrador, com essa forma e esses conteúdos, têm um triplo propósito: pautar a agenda diária da mídia, comunicar-se com sua base social para pautar suas posições e atacar todos aqueles que o criticam e não são “fiéis” a ele. Ao longo de cinco anos, o pronunciamento matinal mostrou

ser um instrumento político-comunicacional muito conveniente para seus propósitos.

Política

O governo do presidente López Obrador, por seu discurso e atuação, lembra muito o estilo dos governantes autoritários do mais velho PRI, que permaneceu no poder durante 80 anos, sobretudo o do presidente Luis Echeverría, que governou de 1970 a 1976. Muitas das suas propostas e decisões buscam a restauração do antigo presidencialismo, já superado.

No modo de fazer política de López Obrador, que não difere do de outros populistas, há uma série de elementos-chave que são bem característicos:

- Apresentar-se como “antissistema”, embora sempre tenha feito parte do sistema político do país;
- Culpar o passado por todos os males. Não se responsabilizar pelas consequências dos seus atos;
- Capitalizar a seu favor a indignação da sociedade pela corrupção dos governos anteriores;
- Colocar-se como a única solução para os grandes problemas do país, uma espécie de messias salvador;
- Arrogar-se o papel de único e verdadeiro representante do povo, como sua encarnação;
- Polarizar a sociedade com um discurso maniqueísta que aponta bons e maus. Insuflar o confronto dos de “cima” com os de “baixo”;
- Sempre criar inimigos, acusando-os de atentar contra sua pessoa ou seu projeto. São figuras indispensáveis para a construção de sua narrativa;

- Valer-se da mentira ou de meias-verdades, repetindo o bordão “eu tenho outros dados”. Construir uma realidade alternativa àquela de fato existente;
- Desqualificar, minimizar e tentar controlar os outros poderes do Estado;
- Tentar extinguir os órgãos autônomos do Estado, para evitar contrapesos ao seu poder;
- Utilizar as instituições do Estado para investigar e fustigar os adversários;
- Agredir de maneira sistemática os jornalistas e veículos de informação que não pensam como ele e não apoiam seu projeto;
- Promover o culto da sua personalidade por meio de diversos mecanismos;
- Apresentar-se como moralmente superior a quem considera seus inimigos;
- Relativizar a lei e pôr-se acima da Constituição. Ele é seu único intérprete válido.

Com esse seu modo de se comunicar e fazer política, o presidente obteve avaliações positivas, e depois de cinco anos à frente do governo estas se mantêm relativamente altas, segundo todas as pesquisas. Em termos gerais, López Obrador é avaliado positivamente por 58% a 60% dos entrevistados, índice semelhante ao dos presidentes anteriores que obtiveram no quinto ano de governo. As qualidades em que ele é mais bem avaliado são: “simples”, “próximo” e “preocupado com as pessoas”.

Contraditoriamente, o conjunto de seu governo não conta com a aprovação da sociedade. Apenas a título de exemplo, segundo a pesquisa do jornal *El Economista* (3/1/24), 62% consideram ruim a situação da segurança pública, contra 25% que a consi-

deram boa; 49% avaliam negativamente a condução da economia, contra 37% que a consideram correta; e 47% desaprovam as medidas de combate à corrupção, contra o 32% que a aprovam.

Violência

Hoje o México enfrenta os níveis de violência mais altos de sua história. Atualmente, é a maior preocupação da sociedade mexicana, como revelam todas as pesquisas de opinião.

De dezembro de 2018 até o fim de janeiro de 2024, são 180 mil assassinatos, uma média de 2.500 a 3 mil por mês e de 93 por dia, segundo informações do *Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública* (SESNSP).

É bem possível que até o final do atual governo o número de homicídios chegue a 200 mil. No governo de Felipe Calderón (2006-2012), foram 120,5 mil, e no de Enrique Peña Nieto (2012-2018), 156 mil.

A média anual de homicídios nos cinco anos do governo atual beiram os 36 mil, com uma taxa de 28 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa média de toda a América é de 17,2 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, e a do mundo, 6,1 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

Os especialistas atribuem esses números ao fracasso da estratégia de segurança do presidente, expressa em duas de suas frases: “Abraços e não balas” e “não usar a força pública, porque esta gera mais violência”.

Diante do evidente fracasso da estratégia de segurança pública, a cargo do Exército e da Guarda Nacional (GN) — uma nova estrutura militar criada nesta gestão —, o presidente e

seu governo optam por minimizar o problema, excluindo-o de sua agenda midiática.

Ao problema dos assassinatos em geral é preciso acrescentar o do feminicídio, especialmente ao longo desses cinco anos, em que a média diária ficou entre 10 e 11. Também o dos desaparecidos, que até agosto de 2023, segundo dados oficiais, eram 110.964, pouco menos da metade dos quais ocorridos neste sexênio.

López Obrador, num dos seus pronunciamentos matinais diários, disse, sem nenhuma base técnica, que esse dado estava errado e que mandaria levantar um novo censo. O governo agora afirma que são 92.332 desaparecidos, pois já teriam sido encontrados 16.681.

Os especialistas e os coletivos dedicados às buscas questionam a metodologia utilizada e tomam como referência o número de desaparecidos apurado antes do novo censo. Sustentam que, nesses cinco anos, a média de desaparecidos é de 28 por dia.

Uma questão ligada às anteriores é a das fossas clandestinas. Segundo o *Registro Nacional de Fosas Clandestinas y Cuerpos Exhumados* (RNFC), foram localizadas 5.291, nas várias regiões do país. Segundo informações da *Comisión Nacional de Búsqueda* (CNB), nessas fossas recuperaram-se 9.425 corpos, mas apenas 3.066 foram identificados e 1.548 foram entregues às famílias.

Crime organizado

Ao longo dos últimos cinco anos, radicalizou-se o processo de expansão e controle territorial do crime organizado, que vem avançando há décadas e cresceu a partir da declaração de guerra contra o crime organizado feita pelo presidente Calderón, em 2006.

A *Secretaría de la Defensa* (Sedena), reconhece a existência de 82 grupos dedicados ao crime organizado, vinte dos quais podem ser caracterizados como cartéis, e os outros sessenta, por sua dimensão e poder, como quadrilhas criminosas.

Para a empresa AC Consultores, especializada na questão, os grupos do crime organizado no México somam 175, sendo que 39 deles atuam em dois ou mais dos 32 estados do país e 136 em apenas um.

Em 1.058 dos 2.466 municípios do país há presença de um ou mais grupos do crime organizado. Esses municípios ocupam 82% do território nacional.

Segundo a Sedena, são dois os maiores cartéis, informação corroborada pela *Administración para el Control de Drogas* (DEA, na sigla em inglês) e pelos estudiosos do assunto. Um deles é o Cártel de Sinaloa (CS), que opera em 24 estados e está presente em 233 municípios, abrangendo um território de 681.689 quilômetros quadrados. O outro é o Cartel Jalisco Nueva Generación (CJNG), presente em 28 estados e em 457 municípios, abrangendo um território de 447 mil quilômetros quadrados. O México tem 1.973.000 quilômetros quadrados, e os dois maiores cartéis atuam em 1.128.689 quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de 70% do território nacional.

Segundo a DEA, o CS tem 26 mil membros, entre associados facilitadores e intermediários, no México e ao redor do mundo, enquanto o CJNG conta com 18,8 mil. Os dois cartéis somam, portanto, um total de 44,8 mil membros, presentes em cem países.

Em termos de população, no território onde o CJNG está presente, vivem 55 milhões de pessoas, e onde se localiza o CS, 36 milhões. Os locais onde se encontram os cartéis La Familia Michoacana, Cártel del Golfo, La Unión Tepito e Tláhuac somam 47 milhões de pessoas.

Em 343 dos 1.058 municípios há a presença de dois ou mais grupos, atuando em parceria ou disputando o território. A distribuição por municípios é a seguinte: Jalisco Nueva Generación, 457; Los Zetas, 411; Cártel de Sinaloa, 233; La Familia Michoacana, 103; Cártel del Golfo, 84; Cártel del Noroeste, 63; Los Zeta Vieja Escuela , 55; Cártel de Juárez , 30.

Há quinze anos, estimava-se em 500 mil o total de pessoas integradas aos grupos do crime organizado no país, mas agora se calcula que a cifra é três vezes maior, em torno de 1,5 milhão. Estes números incluem os diversos tipos de colaboradores diretos e a base de apoio social nas comunidades.

Parte desse panorama é a guerra, em sentido estrito, entre o CJNG e o CS. Os dois cartéis disputam espaços do território, rotas de tráfico e mercados. Boa parte da violência e das mortes se explica por esse confronto.

Militarização

Um traço particular do governo do presidente López Obrador foi a militarização da administração pública. Áreas do governo que antes estavam nas mãos de civis passaram para o Exército e a Marinha.

O último presidente militar no México foi o general Manuel Ávila Camacho, que governou de 1940 a 1946. A partir desse momento começou a desmilitarização do aparato público.

Agora começou um acelerado processo que amplia os poderes das Forças Armadas e as beneficia com novos bens e propriedades, o que provoca contradições no interior delas e na sociedade.

O candidato López Obrador, ao longo dos seus dezoito anos de campanha, sempre foi muito crítico das Forças Armadas, che-

gando a insultá-las em mais de uma ocasião. Condenou repetidas vezes os governos anteriores pela decisão de colocarem o Exército nas ruas para combater o crime organizado.

Já como presidente e comandante em chefe, viveu um processo de conversão. Percebeu que as Forças Armadas, especialmente o Exército, por sua formação e disciplina, seriam absolutamente fiéis a ele, e até submissas. E assim foi, de fato.

Começou então o processo de militarização da administração pública. O Exército e a Marinha receberam novas atribuições. Agora são secretarias multiuso incumbidas de tocar todos os projetos que o presidente lhes confia.

O Exército, de modo particular, tornou-se uma das grandes construtoras do país, um grande empreiteiro, investidor e empresário, dono de aeroportos, ferrovias, trens e uma viação aérea.

A militarização promovida pelo presidente tem apenas duas possíveis explicações. Ou é uma decisão pragmática, sem medir as consequências futuras, para utilizar a seu bel-prazer uma instituição que opera com grande eficácia. Ou responde à pretensão de, no marco da chamada *Cuarta Transformación* (4T), ter o Exército e a Marinha do seu lado, para garantir sua lealdade nos projetos futuros do partido criado por ele.

O secretário da Defesa, general Cresencio Sandoval, redefiniu a missão do Exército, que agora se desdobra em cinco: 1) defender a integridade, independência e soberania nacional; 2) garantir a segurança interior; 3) auxiliar a população civil em caso de necessidade pública; 4) realizar ações cívicas e obras sociais em prol do progresso nacional; e 5) auxiliar a população em casos de desastre.

Um estudo do *Instituto de Artes y Oficios en Comunicación Estratégica* capta o que se pensa sobre essas missões. Numa so-

cidade polarizada, sem importar a ideologia dos pesquisados, 91% dos entrevistados estão de acordo com a missão um; 90% com a missão dois e 93% com a missão cinco.

Há, contudo, diferenças radicais ligadas à ideologia política dos pesquisados: a nova missão quatro, que implica que o Exército assuma a administração de empresas estatais, é aprovada por 92,4% dos apoiadores da 4T e repudiada por 95,9% dos opositores. O estudo conclui que a sociedade mexicana está dividida em aceitar novas missões do Exército.

No interior da força há um setor de generais da ativa e boa parte dos generais reformados que não concordam com a militarização nem com o papel que vem sendo desempenhado pelo secretário da Defesa.

Nas diversas conversas que mantive com eles, ao longo dos últimos cinco anos, identifiquei sete questões que os incomodam e tensionam as relações no interior do Exército:

1. A fidelidade ao comandante em chefe e não à Constituição. Consideram que o general-secretário privilegia a lealdade ao presidente acima da Constituição. Para eles não há dúvida de que a tropa deve fidelidade à Constituição e ao comandante em chefe apenas na medida que este se sujeite a ela e a faça valer;
2. A nova estrutura do Exército. Não estão de acordo com a nova estrutura orgânica, na qual a Guarda Nacional passa a ser mais uma força, além de Aeronáutica, Exército e Marinha;
3. O Exército como empresário e proprietário. Estão bem informados e sabem que, na América Latina, quando um governo entrega parcelas da administração civil ao Exército e o torna proprietário de negócios, os militares de

alta patente sempre se corrompem. E se perguntam: por que pôr o Exército e seus oficiais à frente dos negócios estatais? O que se espera deles?;

4. O Exército multiuso. Incomoda-os o fato de que o Exército seja agora uma “agência pública multiuso”. Pensam que isso avilta a instituição. As funções dos militares são outras. Foram formados para desenvolver outro tipo de tarefas e responsabilidades. Agora o Exército se desgasta em atividades que não lhe correspondem e deixa de lado as que lhe são de fato substantivas;
5. As mãos atadas. Desaprovam a estratégia de segurança do presidente. Incomoda-os ter as “mãos atadas” enquanto veem o crime organizado avançar e se apossar de territórios. Também os incomodam as concessões que o presidente faz ao crime organizado em nome de uma suposta promoção da paz;
6. Declarações do general-secretário. Veem com apreensão certas atitudes e declarações do general-secretário. Acham que se aproximou demais do presidente e que é subserviente a ele. Pensam que tomou partido do projeto político encabeçado por López Obrador. Consideram que o Exército como instituição do Estado não deve tomar partido de nenhuma das forças políticas do país;
7. Militarização da administração pública. Não estão de acordo com esse processo. Estão bem informados sobre o que aconteceu no processo de militarização em outros países. Dizem que no *Colegio Militar* e na *Escuela Superior de Guerra* aprenderam a divisão das responsabilidades entre militares e civis na condução do Estado.

Migração

O México tem uma fronteira de 3,2 mil quilômetros com os Estados Unidos. Há décadas foi erguido um muro de 1,2 mil quilômetros que atravessa cidades. Os trechos da fronteira que não têm muros estão em regiões de rios e montanhas, muito longe das áreas povoadas.

Desde a época da Revolução Mexicana até antes dos conflitos bélicos dos anos 1980 na América Central, a maioria dos imigrantes nos Estados Unidos provinha do México. Agora lá vivem quase 40 milhões de habitantes de origem mexicana.

Os nascidos no México que foram viver no vizinho do norte são 11,7 milhões; os de primeira geração, já nascidos nos Estados Unidos, 13,5 milhões; e os de segunda e seguintes gerações nascidas nos Estados Unidos, 12 milhões, totalizando 37,2 milhões.

Ao longo das décadas, a partir do início da migração de centro-americanos, à qual se soma a de sul-americanos, sobretudo venezuelanos, depois haitianos e cubanos e mais recentemente africanos, a política migratória do México foi deixar os emigrantes passarem pelo território e chegarem à fronteira. A grande maioria conseguia entrar nos Estados Unidos.

Essa situação mudou de forma dramática com a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Em maio de 2019, ele ameaçou o governo de López Obrador de taxar os produtos mexicanos importados pelos Estados Unidos se não interrompesse o fluxo migratório. O presidente do México, sem pedir nada em troca, decidiu se sujeitar à política migratória imposta pelo vizinho do norte.

O governo mexicano posicionou 26 mil agentes da Guarda Nacional nas fronteiras sul e norte do país para conter o fluxo de imigrantes. Ao deter os estrangeiros de passagem para os Estados Unidos, imediatamente os deportava para seus países de origem. Em 2020, o México deteve e deportou 280 mil imigrantes; em 2021, 310 mil e, em 2022, 444 mil.

Em 2019, o governo Trump complementou sua investida com a criação do programa "*Remain in Mexico*" (Fique no México), que obrigava o governo mexicano a alojar os imigrantes (centro-americanos, haitianos, venezuelanos, entre outros) para que tramitassem daqui seu pedido de entrada nos Estados Unidos. De repente, dezenas de milhares se amontoaram nos albergues das fronteiras mexicanas.

Com a eleição de Joe Biden, esse mecanismo foi suspenso, mas agora, em face do aumento exponencial da migração, que já triplicou, tenta-se restabelecer o controle. Há negociações em curso entre os governos de López Obrador e de Biden, mas não se sabe até onde avançaram. É de conhecimento público a solicitação de Biden para que o Congresso ofereça ao Executivo a possibilidade de fechar a fronteira sempre que a média de detenção pelas autoridades daquele país superar as cinco mil diárias durante uma semana.

O problema migratório está aí e não foi resolvido. É extremamente complexo e impossível não reconhecer sua importância. Hoje, é o tema central da relação entre México e Estados Unidos. Desde que o problema se agravou e se tornou prioritário, nenhum dos dois países conseguiu encontrar sua solução. Em junho mudará o governo no México, e em novembro será a vez dos Estados Unidos. Resta saber o que farão os novos governantes.

Eleições 2024

Em 2 de junho de 2024 serão realizadas eleições no México, nas quais estarão em jogo a presidência da República e a renovação da Câmara de Deputados e do Senado. Serão as maiores eleições da história do país, com a participação de 280 mil candidatos disputando 20.263 cargos de escolha popular, em nível federal, estadual e municipal.

A presidência da República será disputada pela candidata Claudia Sheinbaum, da aliança Morena-PT-PVEM, que foi chefe de governo da Cidade do México; pela senadora Xóchitl Gálvez, da aliança PAN-PRI-PRD, e pelo deputado Jorge Álvarez Máynez, do *Movimiento Ciudadano* (MC).

As eleições já se perfilam como uma disputa entre dois projetos: um representado por Sheinbaum, a candidata de López Obrador, que é continuar com a *Cuarta Transformación* (4T); o outro, por Gálvez, que é retomar a consolidação do projeto democrático, iniciado com o presidente Ernesto Zedillo, que em 2000 reconheceu a derrota do PRI para dar lugar à alternância no poder, quando assumiu a presidência Vicente Fox, do PAN.

O projeto de Sheinbaum implica, para um setor da população e segundo a grande maioria dos analistas políticos, continuar o caminho da restauração do mais velho PRI. O projeto, inspirado no nacionalismo revolucionário do tempo de Echeverría, busca, entre outras coisas, restaurar o presidencialismo, submeter o Judiciário e o Legislativo ao Executivo e fazer de tudo para que a República Federal volte, pela via dos fatos, a ser centralizada. Esse processo já começou com o atual presidente.

A proposta de Gálvez é retomar o projeto de fortalecimento da democracia instaurado em 2000, que, sem deixar de reconhecer

seus problemas, deficiências e claudicações, sustenta a necessidade da vigência plena do Estado de direito, o respeito irrestrito à Constituição, o reforço da divisão dos três poderes do Estado, o respeito à autonomia dos órgãos autônomos do Estado e a urgência de tornar realidade a República Federal.

O processo eleitoral de 2024 começa em 1º de março e termina com o pleito de 2 de junho. Todas as pesquisas publicadas no início de fevereiro mostram a candidata Sheinbaum cerca de 20 pontos à frente da candidata Gálvez. É difícil que a candidata da oposição consiga tirar essa diferença, mas não é impossível. Há muitos exemplos de que isso é possível. E ainda há três meses de campanha pela frente.

Essas mesmas pesquisas indicam que há uma competição acirrada entre as duas alianças, a de Morena-PT-PVEM e a do PAN-PRI-PRD, pela composição da Câmara dos Deputados e do Senado. Nenhuma das duas forças consegue a maioria qualificada exigida para mudar a Constituição. Portanto, qualquer alteração dependerá de negociações entre essas formações políticas.

Conclusão

A vizinhança com os Estados Unidos é um fato impossível de ignorar e um elemento central a ser levado em conta em todas as dimensões da vida nacional. O desafio, portanto, como sempre, é como tirar o melhor proveito dessa condição sem prejuízo da soberania. A integração, tanto econômica como em muitos outros aspectos, vai continuar.

Os mexicanos continuarão migrando para os Estados Unidos por razões familiares e em busca de melhores condições de vida. A influência do México nos Estados Unidos, sobretudo nos es-

tados fronteiriços, é uma realidade que se expressa em muitos campos, como a cozinha e a música. Tijuana, com 350 milhões de travessias legais por ano, em ambas as direções, é o ponto com o maior volume mundial de travessias fronteiriças. Esse fluxo não deve diminuir, e sim aumentar.

Nas eleições de 2024 estão em jogo duas visões de país, a do velho nacionalismo revolucionário priista, uma das antigas correntes desse partido, que o abandonou em 1987. Esse grupo, liderado por López Obrador, foi o que fundou, em 2011, o partido *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), o qual obteve o registro em 2014 e em 2018 chegou à presidência da República.

A outra visão é a que se iniciou em 1977, com um lento processo de democratização que teve um dos seus pontos altos em 2000, quando, depois de oitenta anos com um mesmo partido ocupando a presidência da República, inaugurou a alternância de poder com a eleição de Vicente Fox, do *Partido Acción Nacional* (PAN), de centro-direita.

A partir de então, com muitas dificuldades, incoerências e limitações, acelerou-se o processo de democratização que implica, entre outras coisas, dar lugar ao verdadeiro federalismo, equilibrar o poder presidencial, fortalecer os órgãos autônomos do Estado, o respeito à liberdade de expressão e de imprensa, reconhecer o papel da sociedade civil organizada e garantir que o governo não interfira nos processos eleitorais.

O *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), o PAN e o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD), que nasceu da união de todas as agremiações da esquerda, aliaram-se para enfrentar o retrocesso e a ruptura do processo de democratização que se iniciou com a chegada do Morena à presidência da República. No próximo 2 de junho, veremos qual das duas visões prevalecerá.

No México de hoje, chama a atenção que, à frente de um governo que teve pouquíssimos bons resultados, como se pode ver nas seções anteriores, o presidente López Obrador tenha uma avaliação positiva relativamente alta, em torno de 60%, no início de seu sexto e último ano de governo. Percentual muito semelhante, exceto num caso, aos dos seus quatro antecessores.

Há duas explicações, que não são exclusivas para o caso do México, mas que também dão conta do êxito de outros governantes populistas pelo mundo afora. A primeira é que as pessoas que votam nesse tipo de personagens e permanecem fiéis a eles não esperam necessariamente bons resultados. Para elas, o mais importante é o discurso ideológico que as prestigia.

López Obrador construiu um discurso poderoso que alimenta suas bases e tem grande eficácia. Baseia-se na polarização e no maniqueísmo. O mundo está dividido entre os maus, que não somos nós e são neoliberais e conservadores, e os bons, que somos nós, os patriotas e revolucionários. Hoje, as pesquisas apontam que 60% se alimentam desse discurso e 40% o rejeitam. Isso ainda pode mudar.

A outra explicação é a entrega de recursos diretos à população através de dezesseis programas clientelistas, conduzidos diretamente do *Palacio Nacional* através de sete dependências do governo federal. Segundo estatísticas oficiais, existem no país 35 milhões de famílias, dentre as quais 30 milhões recebem algum ou vários dos recursos concedidos por esses programas do presidente.

Alguns pesquisadores sustentam que esses dados não são corretos e que os recursos chegam a um número menor de famílias, mas o fato é que há dezenas de milhões de pessoas que recebem recursos diretos do governo e pensam que é o presidente que os envia a elas. As pesquisas de campo mostram que

tem circulado entre a população o rumor de que, votando em qualquer partido que não seja o Morena, esse recurso deixará de ser entregue.

No governo atual, as políticas públicas em matéria de saúde, educação, cultura, segurança, numa lista que poderia se estender, revelaram-se um fracasso, e aí estão os números que não deixam mentir, mas a par dessa realidade, que é mensurável, está o êxito do discurso do presidente e o efeito da entrega de recursos diretos desses programas sobre a sociedade.

